

Questões culturais no Ceará

Gilmar de Carvalho

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica (PUC de São Paulo). Professor aposentado do Instituto de Cultura e Arte da UFC.

Falar de cultura implica adentrar um cipóal de teorizações, em buscar aplicabilidade de alguns conceitos e definir uma visão de mundo e de pesquisa como ponto de partida para as reflexões feitas.

Compreendendo, de forma bem rasa e próxima ao senso comum, a cultura como tudo o que tem a marca do humano, podemos ver que a abrangência que temos diante de nós, mais que desafiadora é inibidora e pode levar tanto à megalomania das visadas panorâmicas como à perda de foco pela rejeição de um escopo melhor recortado e definido.

Norteados por tais referências, escolhi alguns temas para pensar e falar, levando em conta as especificidades de uma condição cearense, da ideia de cultura que parte da tradição e se atualiza

com novas tecnologias e mídias, e do contexto da chamada Indústria Cultural, sob a égide da definição de políticas culturais.

O Ceará existe de fato. O que foi no início uma mera convenção para atender a uma questão geopolítica – a definição de capitânicas hereditárias no quadro de um “descobrimento” deste continente por parte de portugueses e espanhóis – ganhou, ao longo do tempo, um caráter que possibilita uma discussão sob o ponto de vista da construção, reforço e desmontagem dos estereótipos como guarda-chuva como base para uma definição identitária, tão difícil quanto complicada de ser resolvida assim, com pouco tempo, em um texto que pretende trazer mais inquietações que respostas prontas e acabadas.

Vale ressaltar a pouca importância inicial das terras cearenses, a meio caminho entre os engenhos pernambucanos e a exuberância pré-amazônica do Maranhão. O Ceará instalava um areal, de difícil acesso por via marítima, pro conta das correntes, das dunas semoventes e dos ventos que dificultavam a navegação.

O donatário da Capitania, Antonio Cardoso de Barros, sequer se dignou a atravessar o Atlântico para tomar posse da terra que ganhou no novo mundo. E ganhamos assim, a rejeição paterna, em uma proposta que dialoga com o “não” do pai, no pensamento do psicanalista francês Jacques Lacan, atualizando, com forte base linguística, o legado do austríaco Sigmund Freud.

Certo é que não tivemos pai e ganhamos um mito fundante na figura de Iracema, ficção, com base em lendas indígenas, contribuição do romancista José de Alencar, desterrado aos dez anos de idade, na busca de compreender e de estabelecer laços com a terra que o viu nascer.

Iracema, anagrama de América, seria a mulher virgem que era a guardiã dos segredos da jurema, um vegetal que provoca estados alterados de consciência, e que teria se apaixonado pelo homem branco, que aportou na costa. O casal multiétnico e multicultural gerou o primeiro cearense, Moacir, o filho do sofrimento. O homem se afasta, a mulher morre depois de dar à luz o filho e começa aí um processo de errância, um mal-estar que não conhece tréguas, diante da aridez e infertilidade do solo, da escassez de água, da pobreza atávica e da fome ancestral que nos marca até hoje.

CEARENSES?

Diante de um quadro tão desfavorável, por que somos e continuamos a ser cearenses?

A configuração do nosso território ajuda a explicar algumas questões. Além das dificuldades de um porto natural (ainda hoje, passados mais de

cinco séculos, investimos milhões e importamos tecnologia de ponta para termos um porto no Pecém) e das complicações para a navegação, estivemos protegidos, desde sempre, por contrafortes de serras. A Ibiapaba nos limita com o Piauí. O Apodi faz fronteira com o Rio Grande do Norte. A Chapada do Araripe nos separou e depois nos uniu a Pernambuco. E assim, protegidos, podemos desenvolver hábitos, reforçar valores, desenvolver práticas e constituir um repertório comum, que nos dá esta liga, que nos faz irmãos, parecidos e, ao mesmo tempo, tão diferentes.

Mas nem tudo foi tão simples como parece ser a alguns nesses tempos de valorização da diversidade, da compreensão das tensões, da valorização das etnias indígenas, da aceitação da herança africana e da arqueologia em busca de traços mouros, judeus, ciganos. Somos feitos de todo este amálgama, numa receita que não consta de manuais, ao sabor de um sol causticante, diante de dificuldades de tirar da terra o próprio sustento. Isso nos faz únicos e nos faz iguais a tantos povos, a tantas etnias, que sabem o que significa a luta, a migração e o genocídio.

Iracema, nosso mito fundante, foi o resultado do que Alencar ouviu, pressentiu e inventou como forma de justificar nosso berço. E veio como provocação, no momento em que as autoridades do Império decidiam, por decreto, em 1861, que não existiam mais índios no Ceará. Vivíamos este apagamento da contribuição indígena, os primeiros donos da terra. Em relação aos africanos, fazíamos a festa porque fomos a Província que primeiro decretou a Abolição da Escravatura, quatro anos da luta que levaria a conquista ao plano nacional, e tínhamos as vozes dissonantes a esta algaravia festeira que dizia que a emancipação se dera em razão do número insignificante de cativos entre nós.

Certo é que temos muito forte uma herança indígena, que nos plasma, que nos molda e que nos dá parâmetros de uma ancestralidade, e que vem sendo reconhecida aos poucos, com mais ênfase desde 1980, com os Tapeba, passando pelos Tremembé, pelos Potiguara, pelo Pitaguari, pelos Jenipapo-Canindé, etnias que foram ganhando reconhecimento, ainda que não tenhamos resolvido de todo as questões fundiárias, tão incômodas, ainda hoje, para parte das elites oligárquicas cearenses.

Indígenas que trouxeram para nossa cena cultural o toré, uma mitologia rica e vida, pinturas das paredes com o barro ou toá, artesanato de contas e penas, o mocororó... Como antes tinham trazido a tecnologia de retirar o veneno da mandioca para possibilitar a fabricação e o consumo da farinha de pau, item essencial de nossa gastronomia, da mesma forma que o subproduto do polvilho ou goma, ingrediente para a tapioca, nosso disco de

pizza, que vem ganhando as mais inusitadas coberturas ou recheios, fazendo a festa dos nativos e dos turistas.

Indígenas que deixaram vestígios de machadinhas de sílex, cachimbos, inscrições rupestres e que contribuíram para a excelência da nossa performance no barro, na modelagem da cerâmica, técnica e arte que se espalha por todo o território cearense, com “ilhas de excelência” em Cascavel, Viçosa do Ceará, Ipu, Limoeiro do Norte ou Missão Velha, por exemplo, com seus fornos que substituíram a queima das peças nas chamadas “coivaras”, quando a lenha reveste as peças e o fogo é ateado até o ponto da queima.

Ancestrais que também nos deixaram a tecnologia da cajuína, quando o suco do caju é decantado e filtrado, com ajuda de enzimas que estão ou estavam nas resinas das árvores e depois são cozidas, obtendo-se um líquido dourado, cujo açúcar vem da própria fruta, o que o torna ainda mais valorizado e charmoso nestes tempos de valorização do bem-estar e da rejeição aos excessos de açúcares adicionados.

Herança maior, talvez, em termos de construção de uma simbologia heróica, pela entrada em cena das jangadas, embarcações aparentemente frágeis, sofisticadíssimas sob o ponto de vista da construção naval, que riscavam os mares com sua jangada de vela e levando a bordo nossos intrépidos pescadores, com seus “corações guerreiros”, como diz a letra do nosso Hino, de autoria de Tomás Lopes, com melodia de Alberto Nepomuceno.

Ganhamos um legado africano que se perfaz no maracatu, este cortejo que marca com sua batida solene, um tempo ancestral, de rainhas africanas sendo coroadas nas festas e procissões das irmandades religiosas do Icó, do Aracati, do Crato e de Fortaleza, por exemplo.

O maracatu cearense tem um traço comum e diferenciador dos outros maracatus. Ele faz a integração dos negros com os índios no mesmo cortejo. Faz na prática o que os teóricos levaram anos para propor e o que a sociedade civil ainda hoje, apesar de todo o avanço da legislação, ainda vê com dificuldade: o encontro entre os diferentes, a riqueza que se obtém a partir de várias contribuições no caldeamento cultural.

Os portugueses trouxeram missões jesuíticas que criaram reduções, onde os índios eram educados sob o ponto de vista cristão e aprendiam a fazer a renda com o ponto no ar, a partir dos jogos de bilros e das almofadas cheias de palha. Nascia nossa habilidade, do ponto de vista do contexto dos valores das civilizações ocidentais. Estas rendas vinham de Portugal e dos Açores, mas dialogavam com a Espanha, com Bruges e outras cidades de Flandres (hoje Bélgica) e incorporavam influências de culturas outras, distantes e perdidas.

Os portugueses trouxeram tantas coisas, mais visíveis ou prevaletentes porque se tratava da cultura oficial, ainda que tenha se mesclado ou caldeado, ao longo do tempo, com a alegria indígena ou com o banzo africano, com a liberdade e com a submissão, com o torém e com o batuque, com Tupã e com Yemanjá.

A religião não é um traço característico nosso, ainda que tenhamos desenvolvido uma fé sem amarras e sem condições, e que o Ceará tenha sido berço de três figuras referenciais do catolicismo sertanejo: Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero.

Ibiapina era o bacharel em Direito, com expectativa de carreira brilhante, quadro das elites e que largou tudo para se dedicar aos desamparados de sempre. Antonio Mendes Maciel, o Conselheiro de Quixeramobim, tentou implantar a utopia de uma sociedade socialista e igualitária no sertão da Bahia, até ser massacrado pelo Exército Brasileiro. Padre Cícero protagonizou um milagre, da hóstia que teria se transformado em sangue quando da comunhão de uma beata, em março de 1889, em Juazeiro do Norte. A ousadia foi um milagre ter acontecido aqui, quando o cenário ideal teria sido, de acordo com o então Reitor do Seminário de Fortaleza, Padre Chevalier, as terras da Europa.

Autores falam em ciclos econômicos. Pode-se pensar nas charqueadas como a possibilidade de fazer com que carne, desidratada e salgada resistisse ao tempo e pudesse ser embarcada para Pernambuco, por exemplo.

Assim, ganhamos um dos pratos principais de nossa mesa: a paçoca, esta mesma carne do sol frita, socada no pilão de pedra ou de madeira de lei, com farinha de mandioca e com a cebola dando a liga e fazendo com que o acepipe ficasse ligeiramente úmido, pronto para ser colocado nos embornais dos vaqueiros, dos retirantes e dos romeiros.

O algodão vem desde sempre. Os índios juntavam os fios em novelos, os nimbós, que funcionavam como moeda de troca nos escambos de então. Os fios eram tecidos nos teares manuais e davam forma às redes de dormir, as velhas “inis” da tradição. Nunca um apetrecho se adaptou tão bem à cultura cearense, e as redes são talvez a mais perfeita tradução dessas apropriações, servindo para dormir, para a sesta, para fazer amor e para levar muitos sertanejos à última morada, como no poema “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto.

A etnia Tremembé desenvolveu uma rede que eles chamam de travessa, feita em uma grade ou bastidor, colocada contra uma parede, trabalho realizado pela família, por um grupo, onde se mistura habilidade e brincadeira. Mais que uma tecelagem, um bordado com agulhas grandes, esculpidas em madeira.

Reunindo a rede da tradição indígena, com a renda de bilros trazida pelos portugueses, dona Zefinha, de Potengi, faz uma das peças mais espetaculares

da cultura cearense: uma rede na alfomada de um metro e vinte centímetros de largura, tocada por cento e vinte pares de bilros. Impensável a “engenharia” envolvida, a dança onomatopáica dos bilros e a renda ganhando forma a partir do papelão furado, como um antigo programa de computador, e os espinhos de mandacaru segurando a linha para o ponto no ar.

O algodão passou a ser valioso no mercado internacional, com a Guerra de Secessão que complicava as exportações norte-americanas. O Ceará ganha importância, pode assegurar a formação de riquezas, permite o aformoseamento de Fortaleza e se interliga à Europa por meio da navegação; e com o algodão ganhamos nossas primeiras indústrias pesadas, as têxteis, além da concretização do caminho de ferro que se interiorizava a passos lentos e só chegou ao Juazeiro do Norte em 1926.

A travessia das boiadas resultou na constituição das fazendas, interiorizando o Ceará. Surgiu a figura épica do vaqueiro, encourado, com gibão, perneiras e chapéu, guiando as boiadas ou procurando a rês perdida. Este vaqueiro foi um dos autores e/ou protagonista de uma das primeiras histórias de nossa tradição oral: “O Rabicho da Geralda”, boi de “fama conhecido” que teria vivido nos sertões de Quixeramobim e cujo relato das peripécias foi transcrito por muita gente, inclusive pelo jovem Capistrano de Abreu, atendendo a uma solicitação de José de Alencar. Estamos diante de dois grandes nomes da inteligência cearense: o pai do romance brasileiro e o historiador que deu novas bases à pesquisa e à escrita da História entre nós.

Mas o boi saiu dos relatos orais, ganhou a forma de performance e temos a dança dramática do bumba-meu-boi, onde a rês preferida do fazendeiro é sacrificada para satisfazer o desejo da mulher grávida do vaqueiro. Depois de danças, competições, personagens que entram e saem, o boi morre, no final, e ressuscita. É uma manifestação das mais difundidas da cultura brasileira. Aqui no Ceará, faz parte do ciclo natalino. Em outros estados, como o Maranhão, integra as festas juninas.

Vale uma reflexão sobre o tempo da apresentação, dilatado, que ocupava a noite inteira; hoje, no entanto, os grupos e os artistas têm quinze minutos para a performance ou o *show*.

O couro curtido em pequenas oficinas se transformou em selas, arreios, armaduras para os vaqueiros, sandálias de “currulepe” e tudo isso é atualizado pela competência, habilidade e invenção de um dos maiores “designers” brasileiros, o Mestre Expedito Seleiro, de Nova Olinda.

O ciclo do boi ou a civilização do couro, no dizer de Capistrano de Abreu, nos deu o aboio, canto plangente para reunir o gado, que pode ter letra ou ser apenas gutural. Esse canto tem afinidades com os muhezins dos

árabes, da mesma forma que os benditos do catolicismo sertanejo atualizam e adaptam para o nosso contexto o cantochão medieval.

Com os portugueses vieram os cordéis ou uma parte do nosso repertório porque a necessidade de fabular está presente em todas as culturas e civilizações, de todos os tempos e lugares. Nosso cordel é uma poesia da voz regada pela cantoria, pelo improvisado da viola ou da rabeça que afina com trovadores, jograis, menestréis, com a gesta trovadoresca. Da mesma forma que o cordel nunca foi exposto pendurado em cordões, mas no chão do mercado, nas calçadas das feiras, nos patamares das igrejas, onde quer que tivesse gente disposta a ouvir um trecho da história, interrompido pela advertência cínica ou pragmática de que quem quisesse saber o final do relato teria de adquirir um exemplar.

Tudo isso amplifica voz e letra, mostra resistência e conformismo, acomodação e luta, alegria que deve ter vindo dos índios, saudade e tristeza lusas e banzo africano. Tudo isso serve de pano de fundo para histórias de valentia e de traições. Não tem como simplificar mais ou não tem como reduzir tudo a um pressuposto.

Estávamos tão longe dos centros de decisão que a notícia da Independência levou mais de três meses para chegar aqui. A imprensa só veio por conta da Confederação do Equador que rompeu o marasmo provinciano com a morte dos nossos primeiros mártires ou heróis no Passeio Público. E essas mesmas máquinas que imprimiam jornais políticos e pouco atraentes, do ponto de vista gráfico-visual depois imprimiram os primeiros folhetos com rima, métrica e melodia, contando histórias que começaram pela adaptação dos clássicos que vinham na bagagem do colonizador, mas depois ganharam cor local e falaram de cangaceiros, Padre Cícero, secas, tanta coisa mais que cabe entre o céu que nos protege e a terra que nos fixa.

Outras influências chegaram com a sofisticação da comunicação. As fotografias eram caras e os daguerréotipos fixavam em caixas de vidro e nitrato de prata imagens para o registro e consumo das elites. O som mecânico veio a partir do início do século XX, com a Casa Edison, do Rio de Janeiro. O cinema é invenção do final do século XIX e as primeiras emissões de rádio são do centenário da Independência, em 1922, ano da Semana de Arte Moderna, dos rebeldes do Forte de Copacabana que pretendiam uma outra ordem, da formação do Partido Comunista. Enfim, 1922 é um ano para não ser esquecido.

A cultura cearense sofreu influências disso tudo, mesmo estando na periferia da periferia de um capitalismo que se mostrava tímido diante do que se passou a ter depois.

Nossas elites consumiam o melhor que o mercado colocava nas prateleiras e nos anúncios dos jornais: salmões, bacalhau, vinho do Porto, queijos do reino, nunca fomos tão *gourmets*...

Vivíamos uma macaqueação de “belle-époque”, com clones do francês Barão de Haussmann, responsável pelo redesenho de Paris, abrindo os “boulevards” Duque de Caxias, Dom Manuel e do Imperador. Nossa gente já frequentava o Passeio Público que fazia na prática a segmentação social, levando os ricos a uma avenida (ou passeio), as camadas médias a outra e o “zé povinho” a uma terceira via de uma pesada e imaginária pirâmide. Tudo isso tendo como trilha as composições de Ramos Cotôco, boêmio, portador de uma deficiência física que lhe rendeu este apelido depreciativo, desenhista e pintor, apesar de tudo, e crítico ferino de nossas hipocrisias e do nosso faz-de-contas. Em Cantares *Bohêmios*, publicado em 1892, contemporâneo da Padaria Espiritual, Cotôco “tirava sarro” do prazer de bolinar as criadas, falava em jogo do bicho, no matapasto, no excesso de maquilagem, e fazia uma crônica sonora de uma Fortaleza mais “fuleiragem” que “metida a francesa”.

Talvez nunca tenhamos conseguido um lugar onde colocar as tradições sertanejas. Tudo isso era visto como atraso, para uma concepção de modernidade que convivia, pacificamente, com o predomínio das oligarquias. As secas nos marcavam de vez, desde sempre. Os primeiros registros são do século XVII. E já eclodiam mesmo antes de desmatamento, de intervenções criminosas que vieram depois, em função da ganância, da especulação imobiliária e da pressa de fazer fortuna. Diga-se de passagem que alguns conseguem amealhar riquezas em pouco tempo, quatro anos, por exemplo.

As secas foram catastróficas. Uma delas, que durou de 1877 a 1879, matou um quarto da população da Província. Vale o exercício mórbido de imaginar a morte de dois milhões de cearenses hoje e teremos uma ideia do que nos dizimou. A seca foi reeditada em 1888 / 1889 e vem se repetindo, levando à terminologia equivocada e militar do combate e não do convívio com o semi-árido.

A crônica das secas é um pouco da história do Ceará envolvendo ecologia, política, cultura. Tivemos campos de concentração, inchaço de Fortaleza e exemplares de romance social, além de folhetos de cordel com este mesmo tema.

Não soubemos o que fazer com o que vinha do interior. Nem com as pessoas, nem com seus valores, crenças, práticas, manifestações, folguedos. Eram índices do atraso. Estas populações de baixa renda foram expulsas para a periferia da cidade e nunca foram ouvidas de verdade, nas práticas populistas que permanecem até os dias de hoje.

Assim, nos arrabaldes, os sambas terminavam com facadas e muita cachaça; os bois eram ridicularizados pelas elites pretensiosas; lapinhas resistiam no interior das igrejas; os cantadores souberam passar da rejeição à estética do espetáculo e alugaram espaços, montaram cenários, equipamentos de sons, bancadas de jurados, distribuíram motes e deram a volta por cima.

Da mesma forma, as quadrilhas juninas superaram a chita e passaram a usar tecidos com brilhos, uma estética mais próxima das escolas de samba, passos marcados, alegorias de mão, enredos, trilhas sonoras compostas especialmente para elas.

O que seria essa tal de espetacularização? O processamento de outras estéticas, de outras ideias de gosto e um diálogo com o que mostra a cultura de massas, agora não apenas a televisão, mas a rede mundial de computadores, mostrando a vida em tempo real, a loucura das câmeras fotográficas, que estão nos celulares e registram tudo, mesmo que depois a gente não saiba o que fazer com tanta informação, a não ser jogar a maior parte no lixo virtual.

A espetacularização não pode ser considerada como índice da pouca importância das tradições. Ela funciona como uma catalização, uma propulsão de manifestação que, de outro modo, estariam fadadas ao esquecimento. Algumas delas entraram em baixa ou caíram no desuso pela inadequação aos dias de hoje. A dança de São Gonçalo, por exemplo, com suas jornadas que duram uma hora cada uma delas, e que varava a noite, em cumprimento a uma promessa feita, com seus cordões de fiéis, fazendo o trancelim, sob um arco de frutas e a imagem do santo violeiro sobre um altar.

Como compatibilizar as tradições com a cultura de massas? Não existe receita para isso. Cada caso é um caso e cada comunidade resolve do seu jeito, com suas negociações, suas trocas, seus ganhos e suas barganhas. No Ceará não tem sido diferente. O Boi tanto pode ter o aparato tecnológico de Parintins, na Amazônia, como estar coberto de palha seca de bananeira, como visto em algumas localidades do interior cearense.

A vaquejada deixou de ser a corrida dos vaqueiros, brincadeira depois de levar as reses aos currais, e se tornou competição séria, negócio envolvendo patrocínio de multinacionais, moda, revistas, discos, comida, vários itens de um cardápio vasto e diversificado.

Mas, as discussões sobre as questões culturais no Ceará não se reduzem nem se esgotam na crítica das mídias, mais que veículos ou meios, um lugar privilegiado onde a sociedade se vê e se discute; o tal espelho de Narciso, a constatação de que diante da urbanização crescente, da explosão demográfica e de tantas complexidades dos dias de hoje, não seria possível o funcionamento da estrutura social sem esse aparato de mediações.

As discussões sobre cultura envolvem os estereótipos. Bom saber o que pensamos e o que os outros pensam de nós; importante refletir sobre como construímos ou idealizamos essa imagem nem sempre concreta, muitas vezes difusa e borrada.

Falam em caráter guerreiro, em disposição para enfrentar adversidades, mas isso, longe de ser uma prerrogativa cearense, é uma característica de todos os povos. Todos têm seus heróis, mártires, libertadores. Os que lutaram nos ajudaram a fazer as travessias. Tampouco é apenas cearense a determinação ou a ideia de se espalhar pelo mundo como estratégia de sobrevivência.

Também não é apenas nossa a capacidade de não desistir, de ir em frente e alcançar os objetivos. Lutamos contra o sol, a terra, a falta d'água. Mas essa luta não é única, é de todos.

E o que dizer do Ceará que acrescente alguma coisa, que não seja óbvio ou redundante? Talvez o humor seja um viés interessante, uma porta de entrada para um universo rico e multifacetado que se chama Ceará. A irreverência, a verve do cearense é a capacidade que o cearense tem de rir de si mesmo. Talvez este riso não seja apenas o reforço de um estereótipo, mas uma construção histórica; e tem como um de seus marcos a Padaria Espiritual, que está sendo homenageada hoje por nós, aqui neste Festival UFC, cento e vinte anos depois.

Não se trata de listar situações risíveis, mostrar o escárnio ou o constrangimento que a vaia provoca, mas de compreender o humor como estratégia não apenas discursiva, mas como vivência, como atitude e como marca identitária forte de um povo que é rico o bastante para não caber em uma gavetinha com rótulo afixado do lado de fora, prontos para serem retirados dos escaninhos e consumidos ao bel prazer do mercado.

Nosso riso que se confunde com a vaia não é apenas um estereótipo, figura maior da ideologia, no dizer do pensador francês Roland Barthes. Nosso riso é uma atitude, reflete uma visão de mundo, não retira de nós a capacidade do trabalho árduo.

A Padaria Espiritual era uma explosão de mal-estar diante da morriinha provinciana e um instante fundante de nossa irreverência. Na vaia, nos chistes, em um nacionalismo que fazia sentido naquele instante, da rejeição à fauna e à flora estrangeira, aos clichês de um romantismo já datado, no culto às personagens que mereciam culto e no descarte dos alfaiatas, do clero e da polícia, as marcas do que seríamos daí para a frente.

A Padaria Espiritual deu a este riso um Programa de Instalação, um cânon. Depois, tivemos a Academia Polimática, o Bode Yoyô, Quintino Cunha, a vaia ao sol, as Coca-Colas que namoravam os norte-americanos, o apupo

aos excêntricos: Levi, Chagas dos Carneiros, Ferrugem, Zé Tatá, Burra Preta. Um riso politicamente incorreto que afetava os diferentes, os especiais, os excluídos. Valia tudo.

Claro que as questões culturais não se reduzem, nem se resolvem pelo riso, num passe de mágica. Como não se resolvem, também, pela crítica às mídias. Passam pelas discussões sobre o que somos, para saber o que queremos ser. As práticas culturais se desenvolvem ao sabor do mercado, na satisfação das expectativas de lucro. Passam pelas discontinuidades das políticas culturais, onde os gestores ouvem a sociedade civil, para depois fazer o que bem querem, o que cobram seus compromissos ou receitam seus caprichos.

Temos uma atávica rejeição ao passado e um apego não ao novo, mas à novidade, que pode ser o velho travestido, a diluição do contemporâneo, do que vem dos chamados grandes centros.

Este foi um passeio pelos bosques da cultura, um momento para o desencadear das múltiplas reflexões que poderão nos dar um rumo.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Instituto Nacional do Livro, 1975
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste*. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.
- AZEVEDO, Sânzio. *Breve História da Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- BARROSO, Gustavo. *Terra do Sol (Natureza e costumes do Norte)*. 6ª edição. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BARROSO, Oswald; CARIRY, Rosemberg. *Cultura insubmissa*. Fortaleza: IOCE, 1982.
- CAMPOS, Eduardo. *Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX. O Social e o Urbano*. Fortaleza, Edições UFC, 1985.
- CARVALHO, Gilmar de (org). *Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.
- CARVALHO, Gilmar de. *Artes da tradição. Mestres do povo*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- CARVALHO, Gilmar de. *Tramas da cultura. Comunicação e tradição*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.
- FERNANDES, YACO. *Notícia do povo cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977.
- SORIANO ADERALDO, Mozart. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a cidade amada*. 2ª edição. UFC, Casa de José de Alencar - Programa Editorial, 1993.
- SOUSA, Francisco. *Ceará escrito à luz*. Fortaleza: SECULT / Expressão Gráfica e Editora, 2011.
- TINHORÃO, José Ramos. *A província e o naturalismo*. Edição fac-similar. Fortaleza: UFC - NUDOC, Museu do Ceará, Arquivo Público, 2006.

Palavras-chave:
**mito, Ceará, cultura,
tradição, mercado.**

RESUMO

O artigo discute questões pertinentes à história cultural do Ceará, numa perspectiva da aceitação da multiculturalidade como um dos traços de nossa formação. Pretende, também, na medida em que isso cabe a um artigo, desmontar estereótipos e mostrar várias angulações para episódios e fatos da vida política, econômica e cultural do Ceará, na medida em que estes fatos do passado projetam luz sobre o presente e ajudam à formulação de projetos de futuro.

Keywords:
**mith, Ceará, culture,
tradition, market.**

ABSTRACT

The article discusses pressing issues to the cultural history of Ceará, drawing from the perspective of multiculturalism as one of the State's identifying traits of formation. It seeks to dismantle stereotypes and to present several angles to the framing of episodes and facts of Ceará's cultural, political, and economic life, insofar as these facts of the past project their light into the present and help us formulate projects for the future.

Recebido para publicação em abril/2014. Aceito em julho/2014.
